

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Os mártires macabeus.....	29
<i>Testemunhas de Deus antes de Cristo</i>	
2. Pedro e Paulo.....	39
<i>Protomártires apostólicos</i>	
3. Inácio de Antioquia.....	57
<i>A viagem definitiva a Cristo</i>	
4. Policarpo de Esmirna	65
<i>Uma paixão evangélica</i>	
5. Justino Mártir.....	79
<i>Apologética no mais alto preço</i>	
6. Os mártires de Lião e Vienne.....	85
<i>Uma coroa de muitas flores</i>	
7. Os mártires cilitanos.....	103
<i>A África toma posição</i>	
8. Perpétua e Felicidade.....	109
<i>Heroínas da fé</i>	
9. Tertuliano	129
<i>“O sangue dos cristãos é semente”</i>	
10. Orígenes de Alexandria	145
<i>Uma teologia do martírio</i>	
11. A Grande Perseguição.....	159
<i>O momento da prova de fogo para a igreja</i>	
12. A paz de Constantino.....	173
<i>Um império conquistado pela cruz</i>	
13. Agostinho de Hipona.....	191
<i>Em honra à memória dos mártires</i>	
Epílogo: O que os mártires significam.....	197
<i>Índice remissivo</i>	<i>201</i>

INTRODUÇÃO

“**M**eu Deus, quero entregar a ti todos os meus planos neste dia. Quero dar-te o controle completo e absoluto de minha vida. Desejo elevar-te acima de qualquer outra coisa.”

Se você é cristão, provavelmente já orou ou cantou palavras semelhantes a essas. Talvez muitas vezes você sussurre para Deus palavras desse tipo. Que sentimentos elas expressam? Rendição total à vontade do Senhor... a entrega da vida cotidiana ao Deus onisciente... o desejo sincero de dar testemunho de sua glória — coisas admiráveis, todas elas. A pessoa que escreveu esse breve texto estabeleceu para si um objetivo digno. Todavia, o que torna essas palavras muito mais poderosas é que, logo em seguida, a autora levou três tiros de pistola 7mm no rosto porque estava proclamando a Jesus num lugar que não o desejava.

Lembro-me de que em novembro de 2002, estava na capela quando ouvi a notícia de que a missionária americana Bonnie Witherall havia sido morta a tiros por um extremista muçulmano. Eu era um recém-chegado ao corpo docente do Moody Bible Institute, por isso, ao contrário de alguns colegas, nunca tivera Bonnie em minha sala de aula. Mas logo todos ficamos sabendo de sua história: ela se mudara para Sídon, no Líbano, para ministrar aos pobres; trabalhara num ambulatório pré-natal, fornecendo assistência médica às muçulmanas do local; ela e o marido, Gary, sabiam que as tensões internacionais eram intensas, mas não conseguiram dar as costas ao chamado de Deus para a vida deles. Poucas semanas após o assassinato, Gary veio dar uma palestra no Moody. Não tinha o carisma dos televangelistas nem a retórica dos oradores, mas nem precisava. Suas palavras sobre a profunda fidelidade de Bonnie a Jesus Cristo foram suficientes para que uma enxurrada de alunos acorresse à frente do salão da capela para renovar o compromisso com Deus.

Será que Bonnie foi mártir? Alguns disseram que foi,¹ e não pretendo questioná-los. O objetivo ao mencionar sua história no começo de um livro como este não é estabelecer uma linha ininterrupta entre a experiência dela e a da igreja primitiva. Não se pode vestir uma túnica em Bonnie nem calças jeans e camiseta em Perpétua (veja o cap. 8) e supor que em essência elas são a mesma pessoa.

¹Marvin J. Newell, *A martyr's grace: stories of those who gave all for Christ and his cause* (Chicago: Moody, 2006), p. 16-23.

Embora ambas tenham sido jovens esposas que abandonaram as expectativas de tranquilidade, segurança e de uma feliz maternidade em favor da maior glória de Deus, é quase impossível comparar a respectiva e particular situação histórica dessas mulheres. Um profundo abismo — não só de tempo, mas também de perspectiva espiritual — separa os diários pessoais que essas duas mulheres deixaram. No entanto, a despeito de todas as diferenças, eu diria que pelo menos uma coisa transpõe o abismo entre Bonnie e Perpétua: a total devoção dessas duas mulheres ao Senhor Jesus, que morreu e ressuscitou.

O objetivo desta publicação, portanto, é duplo. Por um lado, é para ser um livro de estudo histórico. Minha área de estudos é a história da igreja primitiva, e é um privilégio e um prazer oferecer aos leitores meus conhecimentos especializados de professor universitário. Muitos disparates circulam nos meios de comunicação a respeito da igreja primitiva, mas neste livro você terá acesso aos próprios textos. Esta obra reúne num único volume as mais importantes fontes textuais primárias acerca do martírio cristão antigo, traduzidas recentemente num estilo de fácil leitura. Quando determinados assuntos não estão claros ou necessitam de mais explicações, notas de estudo são incluídas no rodapé da página. Espero que isso permita ao leitor investigar por si mesmo quem foram os mártires.

Tendo em vista, porém, o tema deste livro — cristãos antigos que deram testemunho de seu Senhor —, não podemos deixar cair no esquecimento um segundo objetivo importante. Da mesma forma que a maioria dos relatos de martírio desde a antiguidade mais remota até o presente, meu livro também tem a intenção de inspirar maior fidelidade nos leitores cristãos.² Isso não significa que todos os casos antigos de martírio encontrem paralelo direto na vida moderna. Embora o assassinato de Bonnie Witherall ou o caso do pastor aprisionado por um regime estrangeiro por causa de sua fé possam ecoar o passado, a igreja não deve se apressar em desenvolver um complexo de mártir. Podemos ter por certo que às vezes enfrentaremos oposição (2Tm 3.12), mas a maioria dos cristãos do mundo ocidental não vive em estado constante de perseguição mortal. Meu

²Um título que talvez venha à mente mesmo de quem nunca leu o livro é o *Book of martyrs* [Livros dos mártires] de John Foxe. O título completo, original, era *Actes and monuments of these latter and perilous dayes* [Atos e monumentos destes perigosos últimos dias] [edição em português: *O livro dos mártires*, tradução de Almiro Pisetta (São Paulo: Mundo Cristão, 2003)]. Esse livro tão conhecido ganhou muitas edições e versões simplificadas desde que o autor morreu, em 1587. O livro de Foxe fala da morte de protestantes no século 16. É obra controversa; Foxe foi acusado de falsificar a história em nome da polêmica anticatólica. Este livro, no entanto, não tem nem de longe essa intenção. Minha esperança é que as histórias dos primeiros mártires cristãos apenas motivem uma renovação da devoção cristã.

desejo não é que apontemos para uma pessoa, um lugar ou uma circunstância atual e digamos: “Vejam! Perseguição aos cristãos! Tenham compaixão de nós, como tiveram da igreja primitiva!”. Em vez disso, peço que os leitores deste livro reflitam sobre o que significa tomar cada um a sua cruz e seguir os passos do Senhor. Porque no fim, não é a morte pelas chamas ou pelos dentes das feras que une os cristãos atuais aos mártires da antiguidade, mas, sim, a decisão inabalável de seguir a Jesus Cristo a qualquer custo.

A era do martírio?

Antes de depararmos com o fenômeno da antiga perseguição aos cristãos, temos de esclarecer uma coisa: o período da igreja antiga não foi uma “era de martírio”, de opressão e maus-tratos constantes. Isso é um mito há muito rejeitado pelos historiadores, embora, não obstante, tenha habitado o imaginário popular. Hoje quando alguém pensa na “igreja primitiva”, a imagem que muitas vezes vem à mente é a de um grupo de cristãos vestidos de toga num coliseu, com o rosto voltado para o céu enquanto um leão de olhos vorazes se aproxima. Outra imagem comum é a de uma multidão de crentes fiéis correndo para catacumbas subterrâneas, enquanto um soldado romano de capacete com crista vermelha em vão procura por sua vítima.

Temos de esquecer essas noções românticas. Além das imprecisões históricas — de que todos os romanos usavam toga, de que as autoridades não sabiam onde ficavam os cemitérios dos cristãos e de que se usavam cristas cerimoniais nos elmos no dia a dia —, esse imaginário é problemático porque representa o período antigo como uma sequência ininterrupta de perseguições. A verdade é que a hostilidade declarada contra a fé cristã foi um fenômeno localizado e esporádico. Durante muitas décadas a igreja pôde funcionar em absoluta normalidade; e, às vezes, até floresceu com amplo apoio do povo. Mas, então, quando ocorreram as perseguições — e por quê?

Grosso modo, o fenômeno da perseguição aos cristãos na antiguidade pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, a perseguição era desorganizada e surgia ao sabor de caprichos locais. Nesse período, de vez em quando era promovida pelas autoridades judaicas, como se vê com mais clareza no caso de Saulo. Depois do apedrejamento de Estêvão, “fez-se, naquele dia, uma grande perseguição contra a igreja que estava em Jerusalém; e todos foram dispersos pelas terras da Judeia e da Samaria, exceto os apóstolos. [...] E Saulo assolava a igreja, entrando pelas casas; e, arrastando homens e mulheres, os encerrava na prisão” (At 8.1,3, ARC). Entretanto, os judeus não tinham autoridade legal para decretar a morte

dos cristãos. Por isso, o foco deste livro são as perseguições dos romanos, muito mais comuns que qualquer coisa proveniente dos círculos judaicos.

Uma perseguição digna de nota dessa fase mais antiga, que deu o tom das hostilidades futuras, ocorreu em 64 d.C. no reinado de Nero, que procurava um bode expiatório para o grande incêndio que devastara a cidade de Roma. O historiador Tácito relata o que ocorreu:

Então, Nero encontrou culpados, a quem infligiu os castigos mais estranhos. Eram pessoas odiadas por seus delitos vergonhosos, a quem o povo comum chamava de cristãos. Cristo, o homem que lhes dera o nome, tinha sido executado no reinado de Tibério pelo procurador Pôncio Pilatos. A perniciosa superstição havia sido temporariamente reprimida, mas estava começando a se manifestar de novo não somente na Judeia, mas também em Roma, para onde confluí e ganha popularidade tudo quanto há de vergonhoso e abominável no mundo. E assim, no início, os que confessaram foram presos; depois, com o que revelaram, um número bem grande deles foi considerado culpado — mais pelo ódio à humanidade do que por serem incendiários. À medida que iam perecendo, recebiam ainda mais insultos. Cobertos com peles de animais selvagens, morriam dilacerados por cães; ou eram amarrados a cruzes e queimados para iluminar a noite quando o sol já se havia posto.³

Apesar de ter durado pouco e de ter ficado restrita apenas a Roma, essa perseguição deixou claro que o Estado seria hostil à nova fé.

No começo do século 2, a experiência de perseguição sofrida pela igreja entrou numa segunda fase histórica quando o imperador Trajano decretou a proibição do cristianismo. Embora não fosse uma lei vinculante de maneira formal, a carta do imperador a Plínio, um governador de província, parece ter estabelecido um precedente jurídico que podia ser seguido pelos legisladores posteriores. Plínio (muitas vezes referido como “o Jovem”, para distingui-lo de seu famoso tio) governava a Bitínia em 110 d.C. quando deparou com o cristianismo pela primeira vez. As acusações haviam sido feitas e, diante disso, Plínio presidiu a um julgamento. Os que confessaram ser cristãos foram executados ali mesmo ou, no caso de cidadãos romanos, foram enviados a Roma para um novo julgamento. Os que negavam a acusação deviam confirmar sua condição de descrentes oferecendo sacrifícios a ídolos pagãos e amaldiçoando o nome de Cristo. Esses atos,

³Tacitus, *Annals* 15.44, in: *The annals: the reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*, tradução para o inglês de J. C. Yardley (Oxford: Oxford University Press, 2008), p. 359-60 [edições em português: Tácito, *Anais*, prefácio de Breno Silveira, tradução de José Liberato Freire de Carvalho (Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957), e C. Cornélio Tácito, *Anais*, tradução e prólogo de Leopoldo Pereira (Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.)].

segundo Plínio, nenhum cristão verdadeiro poderia ser induzido a praticar (e em breve examinaremos suas razões para tal atitude).

E os que antes eram cristãos mas afirmaram ter abandonado a fé? Plínio pede orientação nesses casos. Em resposta, Trajano estabelece uma política que vigoraria por 140 anos. Depois de elogiar Plínio pela sabedoria de suas ações, o imperador escreve:

Essas pessoas não devem ser perseguidas; se forem trazidas à tua presença, e a acusação contra elas for provada, devem ser punidas. No caso, porém, de quem negue ser cristão e comprove o fato oferecendo preces a nossos deuses, tal pessoa deve ser perdoada em virtude de seu arrependimento, por mais suspeita que pareça sua conduta anterior.⁴

Esse decreto imperial abriu caminho para que os magistrados locais desencadeassem todo o poder da lei romana contra qualquer cristão que chamasse a atenção publicamente. A simples concordância com o nome cristianismo era, em si, um crime capital. A religião estava oficialmente proibida, ainda que seus membros não fossem perseguidos o tempo todo. Sempre que se descobrisse um desses patifes, ele deveria ser submetido ao “teste do sacrifício” e, caso se recusasse a obedecer, deveria ser executado.

Não devemos pensar, entretanto, que nesse período as perseguições sempre emanassem dos corredores do poder de Roma. Muitas vezes, eram meras reações automáticas em diversas localidades pelo império afora. O sistema jurídico romano dava amplos poderes aos governadores para que resolvessem os casos como bem lhes parecesse. Esses governadores empregavam a tortura e a pena capital a seu próprio critério; podiam até mesmo condenar pessoas à morte pela *damnatio ad bestias*, a “condenação às feras” na arena. Se a majestade do imperador parecesse ameaçada ou se a população local se reunisse para se queixar da religião estranha, os governadores tinham autoridade para lidar com a situação da maneira que lhes fosse mais conveniente. Em geral eram tolerantes e procuravam proteger os direitos dos cristãos, mas às vezes surgia um espírito maligno, e o sangue dos mártires começava a jorrar.

A terceira fase da perseguição contra a igreja primitiva começou com o imperador Décio, no ano 250. O que distingue essa fase é a política imperial

⁴Pliny, *Letters* 10.97, in: *Pliny: letters books VIII-X and panegyricus*, tradução para o inglês de Betty Radice, Loeb Classical Library 59 (Cambridge: Harvard University Press, 1969), p. 291-3 [edição em português: Plínio, o Jovem, *Epístola a Trajano*, in: Bettenson, Henry; Maunder, Chris, orgs. *Documentos da igreja cristã*, tradução de Hemuth Alfred Simon (São Paulo: Aste, 2001)].

de impor o paganismo em todo o império. A perseguição não ocorreria mais por simples reação às circunstâncias; agora era determinada pelo poder superior, como parte de um programa que abrangia o império todo. Reagindo à instabilidade política que caracterizava a metade do século 3, Décio concluiu que a renovação do compromisso com a religião romana seria o elemento aglutinante capaz de unir toda a sociedade. Seu edito ordenava que todos os cidadãos comparecessem perante os magistrados locais e venerassem os deuses com gestos diversos, tais como derramar libações, queimar incenso e provar da carne dos sacrifícios. Uma vez cumprida essa prova de lealdade, o indivíduo recebia um libelo, um certificado de obediência.

Embora a perseguição não tivesse o cristianismo como objeto exclusivo, todos sabiam que essa grande religião se opunha aos sacrifícios; seus membros, portanto, seriam inevitavelmente identificados. O próprio Décio presidiu à execução do grande bispo romano Fabiano, talvez antes de emitir o decreto para o império inteiro. Entretanto, poucos foram os cristãos que, nessa época, resistiram como Fabiano e se tornaram mártires. Alguns obtiveram libelos mediante suborno; outros ocultaram-se em suas casas e esperaram pelo melhor, ou fugiram para o campo. Muitos, porém, apenas cederam à pressão e sacrificaram aos deuses. Depois de mais ou menos um ano, quando a perseguição cessou, o problema acerca do que fazer com os que haviam apostatado tornou-se uma questão importante. A comunidade cristã se dividiu, sobretudo no norte da África, entre os que estavam dispostos a perdoar e os que alegavam que a pureza da igreja não podia ser maculada por pecadores idólatras. Com o tempo, após amargos embates, a opinião mais branda predominou.

Valeriano, sucessor de Décio, renovou a perseguição em 257, visando de modo específico ao clero e a outros cristãos de alta posição social. Seu esforço felizmente se encerrou quando ele foi capturado pelos persas como prisioneiro de guerra. A igreja entrou então num período de descanso. De fato, no reinado de Galeno, em 260, o cristianismo se tornou pela primeira vez uma religião reconhecida pela lei, auferiu o direito de possuir bens e de não mais sofrer intervenção do Estado. Os cristãos da época imaginavam que haviam alcançado a “paz” definitiva. Isso, porém, não aconteceu.

Em 303, o imperador Diocleciano e outros membros da corte deram início àquela que passou a ser chamada de a Grande Perseguição (veja o cap. 11). Em algumas partes do império ela durou apenas alguns anos, ao passo que em outras províncias continuou tempestuosa por uma década. Muitos crentes foram torturados e mortos de maneira brutal. Não obstante, em razão das complexidades políticas da época, no ano 313 o fogo da perseguição já se apagara em toda parte. A ascensão do imperador Constantino ao poder consolidou essa realidade e

encerrou de forma definitiva as perseguições romanas.⁵ Esse grande momento foi simbolizado pela carta em que Constantino e seu cunhado Licínio determinam a tolerância plena para com os cristãos em todo o império: o conhecido Edito de Milão (veja o cap. 12). A “era do martírio” da igreja primitiva — que, como vimos, não foi um período de perseguições ininterruptas, mas, sim, um tempo em que a possibilidade de perseguição pairava sempre no ar — por fim se encerrara. Todavia, ainda resta responder à pergunta: por que, afinal, os cristãos eram perseguidos?

Um embate de visões de mundo

Nos velhos filmes de banguê-banguê, às vezes dois pistoleiros se enfrentam com o sol a pino no meio de uma rua empoeirada. O vento sopra, carregando os esqueletos de plantas desérticas. Um dos adversários resmunga, sem tirar o cigarro da boca: “Esta cidade é pequena demais para nós dois”. O que o pistoleiro está dizendo? Está afirmando no seu jeito coloquial que duas forças inconciliáveis entraram em contato, e uma das duas terá de ceder à outra. A perseguição dos cristãos foi mais ou menos assim. Duas visões de mundo opostas se chocaram — ambas teimosas, resolutas e convictas em extremo de que estavam corretas. Para infelicidade dos cristãos, o outro lado deteve todo o poder temporal durante boa parte do período antigo.

Examinando a situação do ponto de vista romano, constatamos que a perseguição era um fenômeno complexo. Pode ser interpretada das perspectivas jurídica, política, cultural e socioeconômica. De qualquer modo, a essência do problema era *religião*. Os romanos não eram um povo “secular”, cuja sensibilidade ateísta se ofendia pela religiosidade manifesta dos cristãos. Pelo contrário, eles se orgulhavam de sua devoção aos deuses.⁶ Todos — das massas supersti-

⁵Uma fonte histórica afirma que Licínio renovou a perseguição por breve período quando se desentendeu com Constantino, mas isso talvez seja uma calúnia destinada a manchar a memória de Licínio. Quando Constantino o derrotou, em 324, não havia mais nenhum pretendente ao poder; o imperador pôde, dessa forma, instituir de maneira plena a sua política de favorecimento à igreja.

⁶O historiador Timothy Barnes descreve bem essa situação: “Quando percebeu que a crença deles era uma religião nova que acarretava o abandono do culto estabelecido, os cristãos já não deviam esperar nenhuma simpatia ou proteção. Os sentimentos religiosos do mundo pagão, conquanto diferentes, não eram menos reais nem menos fortes que os dos cristãos” (“Legislation against the Christians”, *Journal of Roman Studies* 58, n. 1-2 [1968]: 49). Do mesmo modo, Robert Wilken — que foi meu professor e é um respeitado estudioso da igreja primitiva — escreve: “Dada a atitude segundo a qual a religião é um patrimônio do passado que sustenta a vida do Estado, era inevitável que a piedade religiosa dos perseguidores conflitasse com o novo movimento que se iniciara na Palestina” (*The Christians as the Romans saw them* [New Haven: Yale University Press, 1984], p. 63).

ciosas às elites instruídas — acreditavam que os ritos da religião de Estado de fato tinham efeitos benéficos para o bem-estar público. E com isso não quero dizer apenas que as pessoas viam um benefício na realização de rituais pitorescos do passado a fim de manter a moral tradicional e alimentar o patriotismo, por mais importantes que fossem essas coisas. Não. Os romanos acreditavam que poderes espirituais reais não só observavam os atos dos seres humanos, mas também controlavam os acontecimentos terrenos e podiam até produzir benesses e calamidades. Dos primeiros aos últimos, os membros dessa sociedade admitiam a existência de deuses poderosos e temperamentais.⁷ Ninguém devia desafiar poderes desse tipo; mas os cristãos desafiavam, e esse era o motivo do duelo.

É claro que, dada a existência de muitos deuses e muitos templos, a rejeição da religião pagã por parte de um indivíduo cristão não seria óbvia à primeira vista. Não se exigia a devoção individual a um deus específico, de modo que os cristãos podiam com discrição evitar todos eles e passar despercebidos por certo tempo. O cristianismo dos primeiros tempos era uma religião de poucos seguidores e muito discreta. No entanto, uma forma específica de devoção religiosa pagã surgida no século 1 d.C. tornou-se um ponto de atrito, pois era mais difícil de esconder: a obrigação cultural de prestar homenagem à divindade do imperador no culto imperial.

O culto imperial romano tinha diversas origens. Remontava ao culto grego dos governantes e à piedade italiana tradicional, em que se veneravam os espíritos dos antepassados do clã. Em todo caso, o que surgiu com César Augusto e continuou a se expandir depois dele foi um sistema religioso no sentido pleno, em que o *poder* intrínseco do imperador recebia honras divinas. Para a mentalidade antiga, o poder era algo impressionante. A fonte da qual ele emanava era algo a ser venerado ou mesmo um objeto de temor reverencial. Tendo em vista que os imperadores eram os homens mais poderosos do mundo, o poder deles era especialmente temível e digno de honra. No culto imperial original, o imperador como indivíduo humano não era, a rigor, adorado, mas todos os cidadãos consideravam útil prestar culto à entidade espiritual denominada o “gênio” do imperador, a personificação do seu poder, que dava apoio às suas ações e permitia que ele abençoasse o território sobre o qual reinava.

⁷ Isso não significa que todos os indivíduos no império, sem exceção, acreditavam nos deuses. Algumas escolas filosóficas, por exemplo, eram ateístas. No entanto, a cultura do Império Romano tinha predominância religiosa, desde o simples plebeu até os aristocratas que se digladiavam para ocupar os prestigiosos cargos de sacerdócio. Os registros literários e arqueológicos nos dão inúmeras provas da religiosidade romana.

OS MÁRTIRES MACABEUS

Testemunhas de Deus antes de Cristo

No ano 167 a.C. o rei grego Antíoco IV deu início a uma política de uniformização religiosa que causou muito sofrimento ao povo judeu. Um século e meio antes, o conquistador Alexandre Magno submeteu os judeus ao seu domínio. Quando Alexandre morreu, seu território foi dividido em vários reinos gregos que de forma contínua lutavam entre si. Num desses reinos, Antíoco foi o quarto soberano a herdar o nome de seus antepassados na dinastia chamada Selêucida. A capital dos selêucidas era Antioquia, e sua maior rival era o Egito — de sorte que o território do Israel antigo ficava entre esses dois reinos. Por isso, a terra santa dos hebreus se tornou um campo de batalha para as duas maiores potências da época.

Embora essa situação não fosse boa para os judeus, eles conseguiram conviver com ela durante algum tempo, assimilando em certa medida a cultura grega. Os governantes selêucidas queriam que seus súditos se “helenizassem” — ou seja, adotassem o modo de vida grego. Isso parecia viável, então, muitos judeus que viviam em cidades gregas assimilaram a cultura helenística e estabeleceram um confortável equilíbrio entre ela e a religião de seus ancestrais. O rei Antíoco IV, no entanto, mudou por completo essa política. Irritado porque alguns judeus se recusavam a helenizar-se e com medo de que a sobrevivência da lei mosaica viesse a minar a unidade política de seu reino, ele decidiu erradicar a adoração ao Deus de Israel. A gota d’água ocorreu quando Antíoco profanou o altar do templo de Jerusalém, a “abominação da desolação” mencionada em Daniel 11.31. O templo de Javé estava agora dedicado ao culto de Zeus, e sacrifícios pagãos repugnantes eram oferecidos a um falso deus no Santo dos Santos.

Em meio à turbulência causada por esses atos, um revolucionário chamado Judas Macabeu reuniu suas forças rebeldes contra os exércitos de Antíoco. Com o tempo, esses “macabeus” quase conseguiram conquistar uma independência em relação a seus dominadores gregos. No entanto, a espada não era a única forma de resistência dos judeus aos desígnios malévolos de Antíoco. O antigo livro de

2Macabeus registra as mortes horrendas de alguns mártires judeus que preferiram perder a vida a submeter-se às ordens do rei. Primeiro, um venerável escriba chamado Eleazar, recusando-se a desobedecer à lei de Deus, estabeleceu o padrão dos mártires posteriores; depois, sete nobres irmãos seguiram os seus passos, auxiliados pelas corajosas exortações de sua mãe.

O livro que conta essa história faz parte dos textos chamados pelos protestantes de “apócrifos” e pelos católicos romanos de “deuterocanônicos”. Esses termos indicam que os protestantes não consideram esses livros como parte integrante da Bíblia, ao passo que os católicos os consideram um segundo conjunto de obras escriturísticas com plena inspiração divina. O que distingue os apócrifos das Escrituras hebraicas? Os livros apócrifos foram escritos ou preservados em grego e têm origem sobretudo no período intermediário entre o Antigo Testamento e o Novo. Embora os judeus jamais tenham reconhecido esses escritos como parte do cânone, muitos pais da igreja primitiva os aceitavam como livros da Escritura, e essa tendência se prolongou por toda a Idade Média. Por fim, no século 16, os líderes da Reforma Protestante seguiram a tradição judaica e rejeitaram a condição de inspirados para esses livros. Os católicos reagiram aceitando formalmente esses livros no cânone bíblico, o que gerou a diferença de opinião ainda existente entre os diversos grupos.

À parte, porém, essa questão do *status* canônico dos apócrifos, decerto é possível encontrar grande valor nesses livros na condição de testemunhos históricos dos acontecimentos da antiguidade. Isso vale sobretudo para 2Macabeus, pois seu relato sobre os mártires macabeus (2Mc 6 e 7) passou a ser muito valorizado pelos primeiros cristãos quando eles mesmos começaram a sofrer também o martírio nas mãos dos romanos. Alguns dos pais da igreja antiga, como Cipriano, Orígenes, Gregório de Nazianzo, João Crisóstomo e Agostinho, inspiraram-se nos mártires macabeus. É provável até que o autor de Hebreus estivesse pensando nesses mártires quando escreveu Hebreus 11.35-38. Embora os mártires macabeus tenham sido judeus que viveram antes da época de Cristo, acabaram recebendo o mesmo nível de respeito dedicado aos mártires cristãos — pois morreram em nome do mesmo Deus que os cristãos adoravam, faltando-lhes apenas o conhecimento mais pleno que só chegou quando Jesus veio ao mundo.

Hoje em dia existe certo ceticismo entre os acadêmicos de que o martírio tenha de fato se desenrolado conforme descrito. É claro que isso não significa que as circunstâncias históricas reais estejam ausentes do texto. A descrição que o autor faz da política da época é quase sempre precisa, e ele afirma estar resumindo um documento muito mais longo. No entanto, o formato da narrativa — por exemplo, os mártires terem recebido a permissão para fazer discursos heroicos

antes de morrer, ou os sete filhos terem sido torturados em ordem de idade — dá a entender que o propósito do texto era mais encorajar os fiéis do que registrar a história de maneira pura e simples. Há sinais de que o autor moldou e embelezou a história.

Mesmo assim, o horrível dilema enfrentado pelos personagens da narrativa não era nenhuma fantasia. Na época de Antíoco, judeus e judias eram torturados por se recusar a abandonar a religião de seus pais. O relato dos mártires macabeus expõe um padrão contínuo de palavras corajosas diante dos acusadores, confiança na vida eterna e fidelidade inabalável ao único Deus verdadeiro. Os pais da igreja antiga observaram essas atitudes e incorporaram muitos aspectos dessa narrativa judaica às suas próprias narrativas sobre os mártires da era cristã. Os mártires macabeus eram reconhecidos quase como santos cristãos antes de Cristo. Por isso, este texto constitui uma introdução bem apropriada a um livro sobre as perseguições contra a igreja primitiva.

2Macabeus 6 e 7

A perseguição dos judeus no reinado de Antíoco

Pouco tempo depois, o rei Antíoco enviou um senador de Atenas para obrigar os judeus a abandonar as leis de seus antepassados e não mais viver segundo os mandamentos de Deus. Além do mais, esse homem devia profanar o templo de Jerusalém e chamá-lo “O templo do Zeus Olímpico”, ao passo que o templo em Gerizim devia ser chamado de “O templo de Zeus, o que Auxilia os Estrangeiros” (o que condiz com a experiência dos habitantes da região).¹ Esse mal sobreveio de modo cruel e ofensivo em extremo. Os gentios começaram a encher o lugar sagrado com orgias e atos

¹Zeus era considerado a suprema divindade grega, senhor dos céus e dominador do trovão. O livro de Daniel menciona o desejo de Antíoco IV de adorar o “deus das fortalezas” (11.38), talvez uma referência a Zeus Olímpico — isto é, Zeus em sua supremacia, estabelecido no alto do Monte Olimpo, o pico mais alto da Grécia. Os deuses antigos em geral eram adorados de acordo com os diferentes aspectos de seu caráter ou de suas áreas exclusivas de padroado. Logo, além de transformar o templo de Jerusalém em um templo de homenagem à supremacia de Zeus, o rei Antíoco queria que o mesmo deus fosse celebrado no templo samaritano de Gerizim como auxiliador particular dos estrangeiros, dos hóspedes e dos desconhecidos. Os samaritanos eram uma comunidade religiosa e étnica cuja linhagem remontava ao antigo Israel mas que acabou se misturando com sangue estrangeiro quando colonizadores se instalaram no país sob a dominação assíria. Desprezados pelos judeus da Judeia por causa dessa “mestiçagem”, os samaritanos eram amiúde tratados como intrusos indesejados, o que explica por que Antíoco achava adequado dar outro nome ao templo deles em homenagem à hospitalidade de Zeus. Tudo isso fazia parte da política religiosa do rei de usar a religião helenística para unificar seus domínios. Aos olhos de Antíoco, o judaísmo era uma seita antiga que precisava ser erradicada.